

A CIDADE DO RECIFE: UM ATOR SUBNACIONAL NO CENÁRIO INTERNACIONAL

Gustavo de Andrade Rocha*

RESUMO

O presente artigo trata das Relações Internacionais da cidade do Recife sob a ótica da Economia e dos estudos políticos internacionais, com o objetivo de posicionar, dentro do estudo das Relações Internacionais Subnacionais, a atuação do executivo municipal. A atuação dos Atores Subnacionais é objeto recente de estudo nas Relações Internacionais, apesar do importante papel que as cidades-estado tiveram na construção dos atuais conceitos de Diplomacia e de Direito Internacional. Apenas nas últimas duas décadas a atuação desses Entes no cenário internacional ganhou uma maior atenção dos estudiosos. Apesar da inexistência de um paradigma específico para a sua atuação, isso não se mostrou um impedimento. Nesse contexto, buscou-se estabelecer o cenário econômico na qual a Cidade do Recife está imersa, a fim de contextualizar as necessidades de manter uma política municipal de Relações Internacionais, sob a justificativa de buscar um melhor aproveitamento das situações impostas pelo cenário macroeconômico. Também foi observada a atuação de outros atores subnacionais, no Brasil e no exterior, com o objetivo de estabelecer alguns parâmetros de abrangência, autonomia e de legitimação da atuação internacional em nível municipal. Em síntese, esse trabalho buscou analisar as Relações Internacionais do Recife e sua relevância para promover um maior bem estar para os seus cidadãos.

PALAVRAS-CHAVE: Recife; Cidades; Atores Subnacionais; Relações Internacionais Federativas; Paradiplomacia

1. INTRODUÇÃO

O campo de estudo compreendido pela interseção entre as Relações Internacionais e a Economia é uma das mais interessantes áreas do conhecimento humano. Também é um dos temas que habitam o subconsciente de boa parte das pessoas, mesmo que intuitivamente. Muito embora os temas relativos à globalização, internacionalização da economia, integração regional, entre tantos outros estejam presentes nos noticiários e assuntos cotidianos, ainda é uma área em que se tem muito a estudar e que sempre está se renovando. Do ponto de vista acadêmico, é sempre instigante tratar dos temas nesse referido campo devido à sua relevância e à contemporaneidade dos seus temas. Entretanto, também é um campo complexo de se tratar devido à ausência de um paradigma adequado aos problemas próprios do momento em que estamos presenciando e também da escassez de uma bibliografia própria dessa interseção.

* O autor é Bacharel em Relações Internacionais e Mestre em Economia, área de Relações Internacionais e Comércio Exterior. Atualmente ocupa o cargo de Assessor de Relações Internacionais na Prefeitura da Cidade do Recife e é Professor no curso de Relações Interacionais da Faculdade Damas.

Este trabalho justifica-se, além do tema interessante, pela necessidade de aproveitar o momento econômico que está sendo vivenciado pela região, propiciando com que haja um crescimento econômico sustentável (e com isso a melhoria da qualidade de vida da população) para o Recife e para Pernambuco. Para que essa necessidade seja atendida, é necessário compreender a economia do município, procurar soluções para seus problemas, dentre outras formas, através de cooperação internacional e atração de investimentos. O objetivo desse artigo é contribuir com essa compreensão, indicando algumas soluções através de uma política municipal de Relações Internacionais.

Portanto nesse artigo trataremos das duas perspectivas de forma teórica no princípio e posteriormente será feita uma análise utilizando simultaneamente as disciplinas de Relações Internacionais e de Economia para tratar especificamente da cidade do Recife, um ator “subnacional”¹.

Posteriormente analisaremos particularmente o caso da Cidade do Recife, enquanto cidade, e enquanto ator subnacional, onde será apresentado um histórico da cidade focado em suas relações internacionais. Serão então, apresentadas as características econômicas da cidade. Após isso, será apresentado o formato do crescimento econômico da cidade no período recente, então, analisaremos as vantagens competitivas apresentadas pela economia da cidade. Por fim, serão apresentadas as conclusões deste artigo, onde também serão apresentados alguns pontos sugestivos a serem adotados pela administração municipal.

1. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. ESTUDO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A disciplina de Relações Internacionais (RI) já pode ser considerada no cenário acadêmico internacional, uma disciplina antiga. Apesar de estar inserida num contexto de multidisciplinaridade, onde recebe contribuições de várias ciências, tais como Ciência Política, Economia, Sociologia, Antropologia, Direito, a metodologia de estudo e pesquisa em muito se assemelha às técnicas da Ciência Política. Isso é claro devido à grande participação proporcional de cientistas políticos no campo das RI em relação aos pesquisadores de outras áreas (GONÇALVES, 2005). O que se reflete também nos paradigmas utilizados para responder suas questões. A maioria desses paradigmas (que ocupam a lacuna das inexistentes teorias propriamente ditas na área) são adaptações da Política para assuntos internacionais. Mais à frente dessa seção veremos que a palavra “maioria” é fundamental, pois existem alguns segmentos das Relações Internacionais que se utilizam de métodos e perspectivas de outros campos (SARFATI, 2005).

O que podemos encontrar de semelhança entre todos esses paradigmas é a dificuldade em incluir outros atores em sua análise. Seria leviano da parte de qualquer autor, dizer que não houve tentativas e êxitos ao incluir Empresas Transnacionais (ETN), Organismos Intergovernamentais(OI), Organizações Não Governamentais com alcance transnacionais (ONGAT) e os Atores Subnacionais. Porém essa inclusão foi feita sem dar a devida importância a esses atores no cenário internacional atual. Mais do que isso, há um problema a ser enfrentado nos próximos anos que é a questão da contabilização nacionalizada de todos os dados disponíveis (GONÇALVES, 2005 e DICKENS, 2010).

¹ Para maiores esclarecimentos sobre o termo subnacional, ver VIGEVANI, 2006.

Tendo isto em vista, o estudo se concentrou sempre no Estado, e mais recentemente, incluiu precariamente os demais atores internacionais. O mais recente deles, o ator denominado Subnacional.

Apesar de haver uma espécie de permissão acadêmica para o estudo desse ator, tanto sob a perspectiva mais política quanto econômica, nas RI, os atores subnacionais são complexos de serem abordados por diversos aspectos. Podemos citar inicialmente a escassez de dados sobre estados/províncias, e municípios/departamentos e mesmo para as regiões autônomas (SARAIVA, 2004). Adicionalmente, há também uma problemática conceitual, que é a caracterização do ator subnacional, visto que não há um consenso entre os autores sobre a terminologia específica sobre as relações entre esses atores. Paradiplomacia, Relações Internacionais Subnacionais, ou simplesmente, Relações Internacionais Federativas (VIGEVANI, 2006). Por fim, a questão da legitimidade e legalidade da atuação internacional de unidades infraestatais. Cabe ressaltar a complexidade desse problema, pois a discussão sobre legalidade precisa ser observada em cada ordenamento jurídico.

Todas essas questões, no entanto, não são impedimento para o crescimento em importância e em número de trabalhos sobre o tema (VIGEVANI, 2004).

2.2. TEORIA DO COMÉRCIO INTERNACIONAL

A Economia, enquanto ciência social aplicada, evoluiu a partir do princípio da Economia Política dos filósofos liberais que surgiram após o iluminismo. Porém, essa associação de Economia e Política, no nome, perdeu prestígio quando a ciência ganhou asas próprias e passou a se destacar como uma área de estudos independente e promissora (GONÇALVES, 2005).

Porém, devido às necessidades de compreender fenômenos inerentes ao mundo recente, surgiu a necessidade de voltar a entrelaçar conhecimentos e visões de ciências distintas. Isso devido à complexidade e celeridade do contexto em que as relações internacionais estão se desenvolvendo (DICKENS, 2010). Fazendo uma referência à teoria da complexidade, um problema complexo são produtos de múltiplas variáveis, e por isso necessitam de soluções que considere cada uma dessas variáveis.

Partindo desse pressuposto, que obviamente não é verdadeiro em todas as situações, porém razoável para a grande maioria dos cenários analisados por economistas e internacionalistas, reforça a importância em utilizar essa teoria nesse artigo.

Em meio às teorias econômicas, tornam-se relevantes a Teoria do Comércio Internacional de Heckscher e Ohlin (H-O). A sua teoria da dotação dos fatores de produção é uma teoria sistêmica, que explica o padrão de comércio e desenvolvimento de uma economia partindo da disponibilidade e qualidade dos fatores de produção ofertados à produção na dita economia. Portanto, os gestores de uma economia poderiam modificar suas vantagens comparativas, modificando a oferta dos fatores de produção. Ou seja, investindo em infraestrutura, em qualificação de mão de obra, e mesmo, diminuindo impostos ou custos internos (KRUGMAN e OBSTFELD, 2010). Essa teoria também admite a ideia de relações internacionais de atores subnacionais, isso porque para H-O, a dotação dos fatores de Recife é diferente de São Paulo, portanto, as cidades possuem vantagens comparativas diferentes. Assim, podemos, partindo dessa teoria, analisar o cenário econômico de Recife, e assim, explicar parcialmente as relações internacionais da cidade.

Nesse exemplo, podemos entender que para o modelo de Heckscher e Ohlin, as vantagens comparativas podem ser construídas. Seja por investimentos em infraestrutura ou adoção de políticas econômicas que tenham impacto nos custos da produção ou do investimento. Assim, podemos explicar uma mudança nas vantagens comparativas de uma região a partir de políticas municipais e estaduais, ou seja, subnacionais.

2. RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO RECIFE

3.1. HISTÓRICO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO RECIFE

Uma das primeiras coisas a serem analisadas, no caso de um ator subnacional, especialmente de um município, é se há um histórico relevante de inserção internacional, deste município, seja em qualquer um dos diversos aspectos das RI. No caso da cidade do Recife, existe um histórico considerável em vários setores da sociedade. A frase de Cícero Dias, grafada na Praça do Marco Zero dá uma pista do que iremos traçar nesse texto: “Eu vi o mundo e ele começa no Recife”.

A cidade tem sua origem associada à produção agrícola da capitania de Pernambuco, sediada à época em Olinda, cidade vizinha a Recife. Sua origem reflete a “vocação” de estar conectada com o mundo, inicialmente por sua estrutura geográfica de “porto natural” e posteriormente por ter sido a principal capital da região Nordeste do Brasil (BARRETO, 1994).

A dominação holandesa, e a respectiva dominação comercial através da Companhia das Índias Ocidentais transferiu estrutura de gestão pública e aumentou a estrutura comercial na antiga capitania pernambucana. Porém, diferente dos investimentos lusitanos, os flamencos se instalaram no povoado portuário onde hoje está o Recife, estabelecendo este então povoado como capital do “Brasil Holandês”. Toda essa transferência conferiu a Recife o status que não viria mais a ser tomado de principal cidade desta porção do Brasil, mesmo após voltar ao domínio português (CASTRO, 1948). Em parte, pela transferência de estrutura, em parte pela ocupação populacional que houve na cidade, dando grande impulso ao comércio local.

Como já dito anteriormente, mesmo após a expulsão dos holandeses, a cidade nunca mais deixaria de ser a cidade mais importante do Estado. Hoje já é claro que a expulsão dos holandeses, apesar de ter sido feita por exércitos, foi no fundo uma disputa por domínio econômico e comercial (SETTE, 1981 e CASTRO, 1948).

Após a expulsão dos holandeses, houve uma decadência da economia do açúcar, já amplamente tratada pela historiografia local. Após isso, o Recife assumiu um papel de entreposto comercial entre Lisboa e a colônia lusitana. Local de concentração e distribuição de produtos vindos da metrópole (ROCHA, 2012). A cidade foi ao longo de boa parte da história brasileira, a capital do Nordeste, sendo aqui, o palco de revoluções e movimentos culturais, com influências internacionais que enfatizam a postura voltada para fora que a cidade sempre teve (BARRETO, 1994).

Após um longo período, desde a decadência do açúcar, e numa decadência regional iniciada na segunda metade do século XX, o Recife voltou a ter dinamismo econômico, cultural e de atividades internacionais com a retomada do crescimento econômico de Pernambuco. Através de exportação de valores culturais para o país e para o exterior, e da atração de investimentos, a cidade tem se tornado um relevante ator subnacional.

Hoje, a cidade mantém uma relação de irmanamento com a cidade de Guangzhou (China), uma negociação em andamento para um acordo de irmanamento com Argel (Argélia) e Acordos de Cooperação Descentralizada com Nantes (França) e Barcelos (Portugal). Ainda conta com um protocolo de intenção com Santiago de Cuba (Cuba) e Maputo (Moçambique). Recife também é membro da Rede Mercocidades, uma rede de cooperação descentralizada dentro do âmbito do Mercosul. Além disso, Recife participa ativamente de diálogo com o Governo Federal sobre Relações Federativas Internacionais, inclusive submetendo projetos em programas da Agência Brasileira de Cooperação (RECIFE, 2011).

3.2. CARACTERÍSTICAS DAS RELAÇÕES ECONÔMICAS DO RECIFE

Falar das características das relações econômicas do Recife, intuitivamente, já se torna necessário falar do setor terciário. Ao circular pela cidade, percebemos a predominância dos escritórios, edifícios empresariais, dos escritórios de advocacia, dos centros comerciais, de instituições educacionais e de empresas de terceirização. Para encontrar uma indústria, temos que ir a regiões mais suburbanas do município, quando não, sair do território da cidade, para outro município da Região Metropolitana do Recife (RMR) (LIMA, 2005 e CASTRO, 2002).

Essa peculiaridade condiz com a constituição territorial do Recife, que tem seu território majoritariamente preenchido por construções. Essa característica, junto com a especulação imobiliária e a concentração de estruturas urbanas e concentração demográfica propriamente dita, tornam o ambiente propício para instalação do setor terciário. O que também, naturalmente, dificulta a instalação ou manutenção de grandes indústrias em seu território (LIMA, 2005).

Ainda assim, persistem como já dito, nas regiões mais periféricas do território, algumas indústrias. Essa planta industrial resistente, corresponde a uma parcela relativamente pequena da produção municipal, porém tem um peso relevante quando comparada à produção industrial de Pernambuco e da RMR (ROCHA, 2012).

Com o crescimento do polo industrial metropolitano, que se desenvolve especialmente ao redor do Porto de Suape, ao Sul da capital pernambucana, o porto do Recife, que anteriormente tinha uma grande importância para o Estado, vem tendo sua demanda modificada, e por isso, vem mudando sua atuação para atender esse novo mercado. Atualmente, o Governo do Estado de Pernambuco, responsável pela gestão do porto, investe na estrutura para recepção de navios de passageiros e para navios de carga menores, que deverão continuar vestigialmente.

Atualmente, os investimentos que estão acontecendo em Recife e nas cidades ao redor estão em fase de implantação. Alguns estão começando suas operações, porém os chamados “grandes investimentos estruturadores” ainda estão sendo construídos. Além disso, a atração de investimentos vem criando uma demanda enorme no setor imobiliário da Região Metropolitana, e também com muita força, na cidade do Recife. Por esses fatores, o setor de construção civil está sendo responsável pela maior fatia do crescimento do PIB industrial de Recife e de Pernambuco.

Utilizando dados do IBGE, apresentados pela Associação das Empresas do Mercado Imobiliário de Pernambuco (ADEMI-PE), este setor representa 26,1% do PIB da Indústria Geral de Pernambuco. No total, são 89.178 pessoas empregadas pelas empresas de construção civil no Estado de Pernambuco. O setor de construção civil cresceu a uma taxa de

21,2% no segundo trimestre de 2010, contra 17,5% da indústria em geral no mesmo período. Internamente a esse desenvolvimento, a fatia das construções imobiliárias representam 53,6% do total da produção do setor imobiliário, na medida em que as obras de infraestrutura representam 21,8% do total. O que falta se deve a serviços especializados para construção, 24,6%.

Um índice consideravelmente importante para compreender o setor da construção civil na cidade é o Índice de Velocidade de Venda (IVV), que mede o aumento da velocidade de venda dos empreendimentos lançados. No Recife, após um período de decadência do índice entre 1999 e 2003, o IVV vem crescendo de 2004 a 2010 (FIEPE, 2012), tendo um aumento significativo entre 2009 e 2010, conforme dados da ADEMI-PE, quando chegou a 14,2%, maior índice desde o início da pesquisa. Esse número se torna ainda mais atrativo quando se nota que o setor de construção civil vem ofertando números recordes de lançamentos imobiliários (ADEMI-PE, 2011).

Há também uma histórica concentração de instituições educacionais na cidade. Desde a fundação da Faculdade de Direito do Recife, em 1827, a capital foi e é o maior polo educacional de Pernambuco, sendo um dos mais importantes do país. Como foi ressaltado no capítulo anterior, Recife concentra um polo educacional com potencial para atender às necessidades do polo de Suape e de transformar a economia municipal no polo de prestação de serviços avançados e serviços industriais, da indústria criativa e do próprio serviço educacional de alta qualidade (CGEE, 2011).

Hoje a capital pernambucana conta com um número de 83 instituições credenciadas no Ministério da Educação e Cultura (MEC), dentre instituições privadas de ensino presencial, filiais de ensino a distância e universidades públicas. São ao todo três universidades públicas, duas federais e uma estadual, uma universidade católica, além de faculdades ligadas a grandes grupos de ensino, tais como a FIR, ligada à Universidade Estácio de Sá e a unidade no Recife da Universidade Salgado de Oliveira, além da Faculdade Nova Roma, ligada ao grupo da Fundação Getúlio Vargas. Além desses grandes grupos com filiais, há também os grupos de ensino sediados na própria cidade, como o Grupo Ser Educacional e a Faculdade Boa Viagem, essa última que também possui cursos pouco comuns a instituições particulares, como a graduação em medicina e Mestrado Profissional na área de Economia².

Mesmo com essa concentração, hoje há uma necessidade de trazer profissionais de fora para ocupar posições em empreendimentos localizados em Pernambuco que exigem um maior nível de qualificação. Porém, se há uma cidade que possa preparar os profissionais de mais alta qualificação necessários para o estado, para entregar os serviços que exigiram alto nível de qualificação, Recife reúne as condições para que isso se torne verdade, com investimentos adequados.

Um fator relevante para essa análise é a taxa de desemprego na Região Metropolitana do Recife. Levando em consideração a Pesquisa de Emprego e Desemprego do Dieese, vemos que a taxa de desemprego médio total caiu ao longo dos anos de 2006 a 2010 (DIEESE, 2011). Nos últimos dois anos, a taxa de desemprego médio total caiu de 19,2% para 16,2%, menor taxa desde o ano de 1998, de acordo com o Dieese. É importante fazer uma ressalva sobre essa taxa do Departamento Intersindical, que utiliza metodologia diferente da utilizada pelo IBGE, resultando em taxas diferenciadas, onde a taxa do Dieese tende a ser sempre superior a do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

² Informações encontradas no site do Ministério da Educação e Cultura (MEC).

Fazendo referência à teoria de Heckscher-Ohlin, havendo uma diminuição na oferta ociosa de mão de obra, surgirá uma tendência de valorização desse fator de produção. Portanto, será necessário um aumento da produtividade, para que se possa justificar, em longo prazo, o emprego da população local nos empreendimentos da região. Essa escassez poderá levar a pressões por melhores qualificações da mão de obra, visto que seria inviável trazer grandes quantidades de pessoas, frequentemente, para abastecer o mercado de trabalho. Uma outra possibilidade é a consequência trágica desse fenômeno, a migração dos investimentos para outras localidades com mão de obra mais barata. Levando em consideração que o capital é o fator produtivo de maior mobilidade, essa possibilidade existe, mas claramente pode ser evitada (KRUGMAN e OBSTFELD, 2010).

Devido a essas características, hoje os gestores das Relações Internacionais do Recife passam a ter uma responsabilidade a mais, buscar cooperações educacionais, para promover intercâmbio de professores e alunos, cooperação técnica entre instituições para que o Recife possa criar condições para promover o ganho de produtividade esperado. Apenas para citar alguns exemplos de iniciativas nesse segmento, temos os acordos de cooperação acadêmica entre a Universidade Federal de Pernambuco com as universidades de Guandong (China) e de Nantes (RECIFE, 2011).

Porém, pode-se tirar outra conclusão a partir dos dados sobre o desemprego da cidade. Sabendo que há um fluxo de mão de obra vindo de outras regiões do país e até do exterior, a taxa de desemprego continua diminuindo em termos relativos, sugerindo que apesar do aumento populacional, ainda assim há diminuição da taxa de desemprego. Isso indica que além de absorver essa nova força de trabalho, a economia da cidade e da região metropolitana está absorvendo também a oferta local. Outra questão relevante a ser considerada é que essa força de trabalho atraída é majoritariamente uma mão de obra qualificada, para suprir as necessidades das indústrias que se instalam na região. Isso é positivo na medida em que há uma melhoria da qualificação média da força de trabalho local, dando um impulso para o crescimento econômico e facilitando que esse crescimento seja sustentado.

A vocação para as relações internacionais da cidade do Recife é inquestionável. Historicamente, podemos observar que essa vocação se estendeu para as relações econômicas internacionais, inclusive as relações comerciais. Dentre fatores que podemos observar para embasar essa assertiva está o papel estratégico que a cidade teve para a Companhia das Índias Ocidentais, a importância para a metrópole portuguesa, antes e depois da dominação holandesa, durante todo o ciclo do açúcar (CASTRO, 1948).

Atualmente, no entanto, a cidade vive um momento de ausência no comércio exterior do Estado. Isso se dá pelo fato de que a cidade perdeu a vocação de canal para escoamento da produção vinda do interior, de polo industrial do Estado, foi substituída pelo Complexo Industrial e Portuário de Suape e está em processo de readaptação para uma nova vocação econômica (CGEE, 2011).

Baseada na teoria de Heckscher-Ohlin, o fraco desempenho da cidade do Recife no Comércio Exterior demonstra que a cidade possui importantes vantagens comparativas que não estão sendo bem aproveitadas. De qualquer forma, dados relativos à exportação de serviços avançados e de tecnologia da informação não entrarão na estatística de balança comercial, e sim, na balança de serviços, sendo refletido no balanço de pagamentos. De acordo com a teoria da Dotação de Fatores, a disponibilidade dos fatores determinará os pontos fortes da economia, porém para compreender os elementos que fazem a economia

do Recife ser pouco aberta ao mercado internacional devem ser levados em consideração o contexto e as questões conjunturais que bloqueiam o impulso internacional da cidade.

O histórico recente da política brasileira é um dos fatores que explicam o isolamento da economia recifense. Depois de passar por uma série de políticas nacionais isolacionistas, e ao mesmo tempo, uma política de concentração dos investimentos na região Sudeste do país, as demais economias regionais ficaram restritas às influências regionais. A SUDENE foi uma razoável tentativa de diminuir as desigualdades regionais no Nordeste, porém insuficiente, como mostra a história. Esse assunto, no entanto, não será aprofundado nesse trabalho.

Porém tratando das perspectivas do Recife, como a cidade está localizada próxima a uma região de altíssimo fluxo de investimentos, tem a oportunidade de aproveitar para atrair investimentos para a cidade, seja devido à proximidade geográfica, seja à oferta de uma infraestrutura urbana não encontrada nos municípios vizinhos (CGEE, 2011).

No Recife, especialmente, onde o comércio internacional ainda é pouco relevante, a teoria econômica serve para suportar a argumentação de que é preciso aproveitar os fatores produtivos instalados na cidade, e as características de produtividade da mão de obra da localidade (KRUGMAN e OBSTFELD, 2010).

Nesse ponto, Recife já se destaca no segmento da terceirização de serviços. Desde a simples atenção às necessidades de um serviço de limpeza, segurança e profissionais administrativos até a elaboração de terceirização de contabilidade, *call center* e soluções de tecnologia da informação, embora sem um incentivo de larga escala por parte do Estado, a cidade demonstra uma notável vocação para o ramo da prestação de serviços. Num contexto de atração de investimentos para cidades vizinhas, no Polo Industrial e Portuário de Suape, além da perspectiva da criação de um novo Polo, semelhante ao primeiro no município de Goiana, a vocação para prestação de serviços vem a ser bastante conectada com a necessidade das empresas (CGEE, 2011).

É muito difícil falar em números relativos ao interesse de empresas de serviços a se instalar no Recife, porém há uma procura de empresas nesse setor, buscando posicionar-se estrategicamente e prestar serviços aos empreendimentos da circunvizinhança do município. A exemplo da empresa Contax, prestadora de serviços de *call center*, que instalou uma filial de grande porte na cidade, outras empresas demonstram o mesmo interesse, inclusive para aproveitar os benefícios fiscais e estruturais do Porto Digital³.

Complementando essa intenção de se posicionar como polo de prestação de serviços, a Cidade do Recife é um centro de ensino superior em Pernambuco. Por isso, torna-se diretamente uma fonte de mão de obra melhor qualificada para os investimentos atraídos pela economia estadual (especialmente pela economia metropolitana). Sendo assim, é plausível que haja sedes administrativas localizadas na cidade para as atividades de gestão e controle dos empreendimentos instalados nos polos de investimento do estado.

Nas palavras de Francisco Saboya, atual presidente do Porto Digital, durante o Seminário de Desenvolvimento Econômico e Inovação do Recife em outubro de 2011, o desempenho do Cluster de Tecnologia da Informação localizado no Recife é comparável em relação à qualidade e produtividade, a outros polos de excelência em tecnologia ao redor do mundo, sendo um polo de referência no Brasil. Mesmo sem as devidas suficiências de

³ Baseado em informações da palestra de Francisco Saboya na palestra ministrada ao Seminário de Desenvolvimento Econômico e Inovação do Recife promovido pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico da Prefeitura do Recife em 6 de outubro de 2011.

infraestrutura de tecnologia da informação e de mão de obra que precisariam ser ofertados às empresas no complexo, as perspectivas são de melhoria. Recentemente, ainda segundo sua fala, o Porto Digital vem buscando ampliar a sua área de atuação, o que deverá em breve modificar até seu nome, buscando uma maior inserção nas áreas de criação e prestação de serviços avançados. Existem projetos de ampliação da atual estrutura física do centro administrativo, buscando a implantação de um novo formato para a localização das empresas encubadas por área do conhecimento, numa espécie de “Arranjo Produtivo” e também de um museu e áreas de convivência com objetivo de divulgar e atrair jovens às áreas de atuação do Porto Digital.

Além dessa ampliação da estrutura já existente e da perspectiva de atuação, há também a necessidade de ampliar a área geográfica do Porto Digital para o Bairro de Santo Amaro, permitindo assim, a implantação de novos e maiores empreendimentos que deverão se instalar no regime fiscal da iniciativa.

Apesar de o Porto Digital ainda ser uma iniciativa pequena, em número de empresas e de impacto no PIB, ganha uma importância realmente expressiva quando se analisam os tipos de empreendimentos que podem ser atraídos pelos serviços prestados pelas empresas que estão dentro do seu guarda-chuva. Essas empresas que podem ser atraídas são aquelas empresas que demandam serviços de alta qualidade e fornecedores de produtos criativos, ou seja, empresas de ponta de suas áreas.

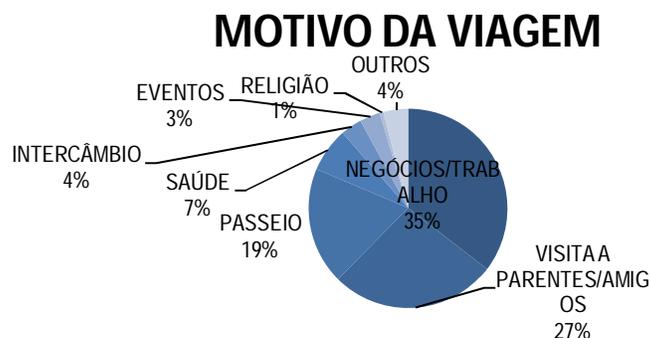
Ainda no setor de serviços propriamente dito, existe o fato das empresas de terceirização de serviços estarem localizadas no Recife (CGEE, 2011), quando há uma demanda crescente por “serviços industriais”, logicamente, demandados por empresas que se instalam em Suape e nos arredores da capital. Mesmo que boa parte da mão de obra utilizada possa ser das redondezas dos empreendimentos, as empresas que treinarão e empregarão essa mão de obra estarão localizadas na capital pernambucana.

Por último, ainda no setor terciário, a cidade vem demonstrando ser um centro de excelência hospitalar e por isso mesmo, se coloca como um polo de atração de uma nova espécie de turismo, o chamado “turismo hospitalar”. Esse fenômeno, nada mais é do que a prestação do serviço de saúde particular a pessoas de outras localidades do país e do exterior. Essa “categoria” de turista representa uma fatia significativa, 7% do total das pessoas que visitam a cidade (EMPETUR, 2010).

Soma-se a isso, o fato de que a cidade se posiciona como centro de turismo de negócios. O que se torna perfeitamente plausível quando se observa a atração de tantos investimentos estrangeiros ao redor do município. Como se trata do maior polo hoteleiro e de infraestrutura para organização de eventos no Estado, este é outro nicho de relações econômicas internacionais, explorada pela cidade. Um total de 35% dos turistas, ou seja, a maior fatia vem com objetivo de realizar negócios na cidade.

Abaixo, podemos ver o gráfico elaborado com dados da Empresa Pernambucana de Turismo (EMPETUR) sobre as razões das viagens dos turistas ao Recife. Podemos notar que o principal setor do turismo recifense é o de turismo de negócios, com 35% do total de visitantes. Visita a parentes e amigos, e passeios vêm logo em seguida com 27% e 19% respectivamente. Por fim, 7% dos visitantes vêm por razões de saúde, superando o número de visitantes intercambistas na cidade.

Gráfico 1 - Motivo da Viagem dos Turistas ao Recife



Fonte – EMPETUR, 2011

O turismo de passeio, baseado no roteiro denominado “sol e praia” que já foi o principal motivo de visitas ao Recife e ao Estado de Pernambuco, hoje aparece apenas como terceiro colocado na pesquisa, porém não necessariamente uma diminuição absoluta desse tipo de turismo.

Segundo dados levantados pela própria EMPETUR, a grande maioria dos turistas que visitaram o Recife em 2010 vieram de outros lugares do Brasil, cerca de 93,66%. Restando apenas a fatia de 6,34% de turistas estrangeiros visitando a cidade. Contando que Recife recebeu em 2009 um número em torno de 786.640 (EMPETUR, 2011) turistas, podemos chegar à conclusão de que foram cerca de 49.873⁴ turistas estrangeiros.

Os principais emissores de turistas ao Recife, no ano de 2010 foram Estados Unidos, Portugal, Itália, Alemanha e Argentina. A Holanda aparece como décimo segundo principal emissor de turistas ao Recife (EMPETUR, 2011).

Com dados de 2008⁵ foi elaborado o seguinte quadro para estabelecer um paralelo entre as relações comerciais do Recife, seu PIB e sua população:

Quadro 1 - Paralelo das relações comerciais do Recife, seu PIB e sua população

| Dados de Recife – 2008 | US\$ | Participação no PIB | População |
|------------------------|------------------|---------------------|-------------------------|
| PIB | \$11.879.624.339 | - | 1.549.853,14 |
| PIB per Capita | \$7.665 | - | Participação Per Cápita |
| Exportações | \$184.866.125,00 | 1,5562% | \$119,28 |
| Importações | \$613.453.635,00 | 5,1639% | \$395,81 |
| Saldo | \$428.587.510,00 | 3,6078% | -\$276,53 |
| Corrente de Comércio | \$798.319.760,00 | 6,7201% | \$515,09 |

Fonte: Quadro elaborado pelo autor com base nos dados do Condepe-Fidem

Baseado nos princípios da Teoria da Dotação de Fatores, a administração municipal está exatamente tentando agir como catalisador para que os fatores produtivos e os perfis

⁴ Estimativa feita por aproximação levando em consideração o número de turistas em 2009 e a porcentagem de turistas estrangeiros em 2010.

⁵ Os dados sobre o PIB e PIB per Capita de Recife foram divulgados pelo IBGE e CONDEPE/FIDEM, porém constavam apenas em Reais. Para efeito de comparação, foi considerado o dólar a R\$1,89.

produtivos da mão de obra local se reflitam em Vantagens Comparativas no Comércio Internacional, neste caso mais focado em Serviços.

Outro aspecto importantíssimo de ser verificado é a participação do Comércio Exterior no PIB da cidade. Por mais que a balança comercial de um município não reflita exatamente a realidade do município, pode nos dar uma ideia do quanto circula, em termos de comércio, através da cidade.

O que se pode perceber desde o primeiro momento ao observar o Quadro 1, além do saldo comercial negativo, é a baixa participação do Comércio Exterior no PIB da cidade. A corrente de comércio do Porto do Recife corresponde somente a 3,6% aproximadamente do seu PIB.

Obviamente esses dados são distorcidos, visto que nem tudo que é exportado pelo Recife é produzido na cidade, e nem tudo que é produzido na cidade, é exportado pelo porto do Recife ou Aeroporto Internacional dos Guararapes. Para complementar esse dado, precisamos analisar a pauta de exportações do Estado e fazer uma comparação, mesmo que simples, com o que é produzido no território do Recife.

Observando estudos sobre os principais setores exportadores de Pernambuco, em especial dados da APEX Brasil e do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) pode-se fazer uma alusão à intensidade tecnológica dessa exportação, mais um indício de que pouco do que é exportado pode ser produzido no Recife. Isso porque se em 2010, 54,7% das exportações foi de produtos intensivos em recursos naturais, 13,1% de produtos primários, temos aí um claro indício de que 67,8% das exportações não foram produzidas no Recife. O restante, a cidade do Recife divide com todo o parque industrial instalado no complexo de Suape e em toda a Região Metropolitana.

A justificativa dada pelos membros de instituições de classe da indústria, comércio e de membros do executivo é de que o fluxo comercial de Recife é de comércio nacional, portanto, não contabilizado na Balança Comercial. A explicação é plausível quando se observa a posição geográfica do município. O próprio volume de importações indica que alguma parte do que é importado é posteriormente distribuído para outras cidades no Estado e na região Nordeste.

Guardando as respectivas proporções, tanto o Nordeste, quanto Pernambuco, são mercados relativamente pouco abertos ao mercado internacional, quando comparados com outros países. Essa diferença, no entanto, deve-se aos fatores históricos já citados acima. Visto que a abertura econômica do Brasil é recente, ainda há muitos instrumentos de proteção de mercado e resistência por parte da sociedade para derrubá-las. Entretanto, apesar dessa relativa baixa internacionalização comercial não significa que haja pouca internacionalização da economia. No Brasil, de uma maneira geral, há um grande volume de Investimento Exterior Direto (IED) aplicado (HIRAKUTA; SARTI, 2011).

Especificamente no período recente no Recife podemos observar uma estreita relação do crescimento da cidade, com o crescimento da região metropolitana e da economia estadual. Concretamente, sabemos que a maior parte dos investimentos que estão se instalando no Estado de Pernambuco são em boa parte estrangeiros. Fato esse que não é diferente do que vem ocorrendo em Recife, porém em menor escala. A internacionalização do investimento que acontece no Pernambuco e na Região Metropolitana do Recife se reflete no crescimento e na melhoria do bem estar econômico da capital. Isso pode ser visto nos números no Gráfico 3, abaixo, que compara o crescimento do PIB de Pernambuco, da Região Metropolitana e da cidade do Recife.

É preciso observar que há uma estreita relação entre o crescimento estadual, metropolitano e da capital do Estado. Logicamente, podemos concluir duas possíveis razões para essa relação tão próxima. A primeira, é que a participação da economia municipal do Recife tem um peso considerável sobre os resultados das outras duas. A segunda questão, inversa a essa, porém não menos verdadeira, é a de que os investimentos realizados fora da capital têm impacto direto na economia da cidade (CGEE, 2011).

Poderia surgir aqui, uma terceira assertiva de que o crescimento de Recife, de sua Região Metropolitana e de Pernambuco estaria associado também, ao crescimento do país no mesmo período. Porém, se compararmos as taxas de crescimento de Recife com as de outras capitais brasileiras, poderemos ver diferenças latentes no padrão de crescimento dessas capitais, mostrando assim, que há relação, mas não tão direta.

“Não podemos ter segurança na análise das curvas como uma tendência” disse o próprio texto do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE)⁶ de 2011, mas levando em consideração os dados que temos sobre investimentos na Região Metropolitana do Recife, podemos fazer, com certa consistência a análise de que o crescimento da cidade está realmente associado aos investimentos diretos estrangeiros que estão vindo para a região. Para complementar essa informação, abaixo aparece quadro com a lista dos dez maiores PIB per capita de Pernambuco:

Quadro 2 - 10 municípios com maior PIB per capita de Pernambuco

| Dez municípios com maior PIB per Capita (em Reais) em Pernambuco (2007-2008) | | | | | | | |
|--|------|-------------------------|----------------|------------|-------------|-------------|---|
| Ranking | | Municípios | PIB per capita | | Pop. Em mil | | Principais influências |
| RO 7 | RO 8 | | 2007 | 2008 | 2007 | 2008 | |
| 1 | 1 | Ipojuca | 76.41 8 | 84.40 5 | 70,1 | 69,5 | Alto desempenho do PIB com (SUAPE) e baixo contingente populacional. Possui 8,9% do PIB e 0,8% da população do estado. |
| 2 | 2 | Itapissuma | 18.59 3 | 19.74 5 | 22,1 | 22,9 | Grande indústria no município proporcionando um alto PIB em relação ao número de residentes. |
| 3 | 3 | Cabo de Santo Agostinho | 17.24 4 | 19.03 6 | 163,1 | 172,2 | 7º maior população do estado, mas o montante do seu PIB é elevado (SUAPE e outras indústrias), tornando seu PIB per capita alto. |
| 4 | 4 | Petrolândia | 16.68 5 | 18.73 8 | 30,6 | 31,4 | É onde está localizado a Casa de força da CHESF gerando uma participação no PIB estadual de 0,85%, enquanto sua participação populacional é de 0,4% em relação ao estado. |
| 5 | 5 | Recife | 13.51 0 | 14.48 6 | 1.533, 6 | 1.515, 1 | Alta concentração do PIB (33%) de diversas atividades, especialmente |

⁶ Órgão do Ministério da Ciência e Tecnologia

| | | | | | | | |
|----|----|-------------------------|-------|--------|---------|---------|--|
| | | | | | | | dos serviços, enquanto possui somente 18% da população residente. |
| 6 | 6 | Camutanga | 9.774 | 11.781 | 7,9 | 8,1 | Grande produção industrial (açúcar) e baixa densidade populacional. |
| 8 | 7 | Igarassu | 7.834 | 9.573 | 93,7 | 92,5 | Concentração de grandes indústrias em relação a sua população. |
| 7 | 8 | Jaboatão dos Guararapes | 8.384 | 9.420 | 665,4 | 651,4 | Baixa densidade populacional em relação à geração de riqueza. |
| 12 | 9 | Belo Jardim | 7.113 | 8.608 | 71,0 | 74,6 | Alta geração de riquezas, sobretudo industrial, com relação a sua população. |
| 11 | 10 | Petrolina | 7.202 | 8.601 | 268,3 | 260,0 | Grande produção agrícola e de serviços, com baixa densidade populacional. |
| | | Pernambuco | 7.337 | 8.065 | 8.485,4 | 8.502,6 | |

Fonte: Agencia Condepe/Fidem

Essa observação da relação entre o PIB per capita das cidades no Estado de Pernambuco é interessante, pois através dela, podemos ver algumas distorções relevantes para nossa análise.

A partir do quadro acima podemos verificar que os três maiores PIB per capita do Estado são de cidades próximas ao Recife, que possuem indústrias instaladas em seu território. Duas delas, Ipojuca e Cabo de Santo Agostinho são as cidades onde está localizado o porto e o polo industrial de Suape. Itapissuma, que fica na Mata Norte de Pernambuco também está razoavelmente próximo à capital. O que nos dá certa confiança para dizer que parte da força de trabalho empregada nessas indústrias é formada por recifenses.

Confirmando essa tendência, segue abaixo um gráfico sobre a estrutura produtiva do município do Recife.

Pode-se observar claramente a grande participação do setor terciário (Serviços, Administração Pública e Comércio) na estrutura produtiva do Recife. Em quarta colocação, segue a indústria da construção civil, que é um dos componentes do setor secundário, só em quinto lugar aparece a indústria de transformação.

Quando comparamos o valor agregado bruto (VAB) dos principais municípios da Região Metropolitana, vemos que há uma grande participação do setor secundário de Recife na produção industrial do Estado. Porém, boa parte da participação de Recife no VAB da RMR se dá por causa da construção civil, conforme os dados do gráfico acima, ela representa mais da metade do setor secundário da capital.

3.3. INICIATIVAS DE OUTRAS UNIDADES SUBNACIONAIS

Estando identificadas as potencialidades do município, iremos observar as iniciativas de outras Unidades Subnacionais no Brasil. Assim, a observação de outros municípios nos dará subsídio para que possamos propor políticas municipais com o objetivo de atrair investimentos e desenvolver as relações internacionais da cidade.

Uma das unidades subnacionais que foram observadas, e será a principal fonte de comparação para esse trabalho é o município de Belo Horizonte. Este, além de ser parceiro do Recife, é hoje uma dos municípios com maior atuação internacional.

A cidade de Belo Horizonte está comprometida com uma política de relações internacionais e para reafirmar essa postura e aprofundar as ações exteriores do município foi criada em 1º de janeiro de 2005 a Secretaria Municipal Adjunta de Relações Internacionais. Apesar de uma estrutura maior e com mais recursos, a atuação de cooperação internacional descentralizada desse município não é tão diferente do realizado na Prefeitura do Recife. Existem três níveis principais de cooperação, os Acordos de Cooperação, os programas de irmanamento e a participação em redes internacionais. A grande diferença entre as duas cidades está no número de atividades e parceiros envolvidos em cada estrutura. Enquanto a Prefeitura do Recife participa ativamente de três redes internacionais de cidades, a Secretaria Adjunta de Relações Internacionais mantém a Prefeitura de Belo Horizonte ativa em dez redes, entre elas, também a Rede de Mercocidades. Além disso, possui seis acordos de cooperação e dezesseis cidades irmãs. Esses números se dão ao fato, também, de que a atividade internacional da capital mineira data do ano de 1987, o que também explica a diferença de nível institucional, pois tal inserção internacional requer uma maior estrutura técnica e administrativa para manutenção e execução das atividades.

Um grande diferencial de Belo Horizonte é ter uma política municipal de internacionalização. Atuando nas frentes de Cooperação Internacional, Captação de Recursos e Fomento a cultura de exportação, essa vertente da atuação da secretaria faz com que a cidade contribua com o Estado em questões anteriormente consideradas fora da área de atuação municipal. Porém se encaixa perfeitamente na nova lógica de atuação de unidades subestatais na promoção do desenvolvimento econômico local.

Além disso, a Prefeitura de Belo Horizonte através de sua Secretaria de Relações Internacionais assumiu a Secretaria Geral da Rede Mercocidades, a organização de uma série de eventos de cooperação internacional descentralizada em seu território, promovendo assim uma maior inserção internacional do município. O benefício, dessas ações, é fácil de deduzir, um maior reconhecimento por parte das cidades conectadas em rede, dos parceiros diretos e um maior aprendizado da cidade com experiências de outras unidades subnacionais no Brasil e no Mundo. Assim, a Secretaria de Relações Internacionais ajuda a pensar a cidade de Belo Horizonte, ajudando a promover o desenvolvimento por completo do município e a tornar sustentável o crescimento econômico local.

Outro caso que podemos observar aqui neste estudo é o caso da cidade de São Paulo. A Secretaria Municipal de Relações Internacionais de São Paulo tem em mãos características muito específicas para lidar. Em seu próprio território possui um grande número de estrangeiros, sem qualquer equivalente no território brasileiro, agregando à cultura da cidade comunidades de imigrantes de várias origens, mas mais notadamente italianos e japoneses. Só por essa característica, a cidade de São Paulo já tem uma necessidade de se relacionar internacionalmente. Mas além disso, a capital paulista também é a maior economia, o maior parque industrial, o maior polo industrial exportador, o maior

polo de turismo de negócios do país. Toda essa grandiosidade fez com que a cidade tenha sido uma das pioneiras na atividade internacional.

Também podemos dizer que São Paulo é a única cidade do Brasil a deter uma “política externa” (RODRIGUES, 2004), logicamente dentro das limitações de atuação atribuídas a um município. Porém a cidade é a única a possuir um documento com parâmetros e princípios para o relacionamento internacional. Isso constitui uma política externa formal. Isso dá uma maior consistência à área na cidade, fazendo com que a sua atuação ganhe credibilidade para com os parceiros e com as redes que participa.

Apesar da carência de informação, um número impressionante, são 34 cidades irmãs, mas não constam informações sobre acordos de cooperação ou atuação em organismos internacionais de cooperação descentralizada.

Interessante observar aqui, que mesmo havendo uma maior institucionalização da atuação em São Paulo, esta não tem o mesmo nível de abrangência e de aprofundamento que a área possui em Belo Horizonte. Guardadas as devidas proporções, podemos dizer que a capital mineira supera a paulista em termos de atividade internacional, mesmo que em números absolutos de acordos, esteja atrás.

Porém é preciso que se diga que nem toda atuação internacional de São Paulo é concentrada na Secretaria da área. Esta é responsável por coordenar ações internacionais, mas as atividades ligadas ao comércio exterior ficam sob responsabilidade da secretaria responsável. Mas não constam informações sobre atividade internacional de captação de recursos, de políticas de promoção às exportações, semelhante aos da capital mineira.

Curitiba é uma das cidades pioneiras na atuação internacional entre cidades no Brasil. Sua estrutura de Relações Internacionais se localiza na Secretaria Extraordinária de Relações Internacionais e Cerimonial, dividida em dois departamentos explicitados no nome. A cidade possui 13 cidades irmãs. Porém, apesar de sua antiguidade, a capital paranaense não é destaque em relação à abrangência de sua atividade, apenas, por ser pioneira, e como está localizada próxima em um Estado que faz fronteira com outros países do Mercosul, possui um relacionamento aprofundado com cidades desses países membros do Mercosul. Essa tradição também se estende a Porto Alegre, devido à proximidade e ao grande intercâmbio comercial e de turistas existente na região.

A respeito de Porto Alegre, não há uma Secretaria, mas como Recife, uma Coordenadoria de Relações Internacionais, que no caso, fica subordinada à Secretaria de Coordenação Política e Governança Local. Sua atuação, como já foi citado acima, está muito mais concentrada a países do Mercosul. Uma peculiaridade de Porto Alegre é a parceria desenvolvida com a Unesco⁷. Vale ressaltar que essa não é uma organização de cooperação descentralizada, e sim, um Organismo Intergovernamental tradicional, subsidiária da Organização das Nações Unidas (ONU).

3.4. O CRESCIMENTO DA CIDADE DO RECIFE

A cidade do Recife goza de uma localização geográfica extremamente privilegiada para promoção de desenvolvimento econômico e atração de investimentos nos próximos anos. Isto se dá em virtude da proximidade de focos de investimentos atuais e potenciais, que independente do êxito de políticas econômicas locais, puxará a reboque, o desenvolvimento do município em virtude desse desenvolvimento das áreas ao redor. Essa

⁷ Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura.

proximidade gera várias oportunidades que poderão ser aproveitadas de uma maneira ou de outra pelo município, mas se torna imperativo uma intervenção institucional por parte da Prefeitura para maximizar esse aproveitamento.

A teoria do fluxo de investimento se tornou necessária por que não é possível compreender os motivos do direcionamento de Investimentos Diretos a um país, pela observação das teorias de comércio e nem mesmo, pela teoria das finanças (LIMA JR, 2005). Segundo autores dessa teoria, o que determina a escolha dos destinos para o investimento externo direto são as estruturas de mercado, ou seja, as imperfeições do livre comércio. O que está de acordo com os princípios da Teoria Econômica (MANKIW, 2010), de que a firma visa sempre maximizar seus lucros. Nesse caso, estamos acrescentando a questão da mobilidade espacial como forma de fazê-lo, ou seja, uma empresa que enxergue uma boa oportunidade de maximizar lucros, de atender a um novo mercado que dota de imperfeições de mercado, irá investir ou se transferir para locais que possuam as maiores vantagens comparativas possíveis.

Assim, as mais variadas explicações para um determinado investimento podem surgir. As mais visíveis, relacionadas diretamente a essas imperfeições de mercado são o aproveitamento das barreiras alfandegárias para fugir da competição com os concorrentes posicionados em outros mercados e o aproveitamento de vantagens comparativas relacionadas à diferença de mobilidade entre os fatores de produção (CAVES, 1971). Para tanto, alguns autores defendem que a interferência governamental é uma das determinantes para a atração de investimentos externos diretos. Nessa linha de pensamento, se pretende colocar o desenvolvimento de ações a nível municipal como ferramentas governamentais para a atração de IEDs para a cidade do Recife.

As razões para Recife ter crescido uma média, em termos reais, de 2,5%, entre 1999 e 2007 deve-se ao grande volume de investimentos atraídos a outros municípios da Região Metropolitana do Recife e à sua posição central para a economia nordestina. Interessante que nesse período, a Região Metropolitana do Recife (RMR) cresceu a uma média de 4%. Esses dados nos levam exatamente à ideia, citada acima, de que a economia da cidade foi puxada pelo desenvolvimento dos outros municípios que formam o território dessa região metropolitana (CGEE, 2011).

A questão central agora, debatida em seminários promovidos pela Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico da Prefeitura do Recife é de como fazer com que a cidade não se beneficie apenas do fluxo de profissionais vindos para investimentos do Litoral Sul (ou em breve do Litoral Norte). O objetivo é fazer com que o Governo local promova e divulgue (para atrair investimentos) as Vantagens Comparativas do Recife.

Verificou-se, no estudo, que Recife concentra acima de 30% do PIB de Pernambuco e 50% da Região Metropolitana. Recife também concentra 42% da população metropolitana. Um volume como esses não pode ser ignorado pelos Governos de nenhum nível do pacto federativo. Por mais que haja a necessidade de descentralizar o investimento em todos os Estados do Nordeste, incluindo Recife, a cidade que é o principal centro do dinamismo econômico de Pernambuco e um dos principais do Nordeste tem que ser pensado como cérebro desse desenvolvimento.

Relevante também para a atração de investimentos é a capacidade de inovar de um município. É consenso que Recife é um centro pensante. Reforçando essa ideia o levantamento feito recentemente mostra que a capital pernambucana, junto com João Pessoa, forma o maior efetivo de pesquisadores em números absolutos da Região Nordeste,

respectivamente 4.018 e 2.625 no ano de 2008. Esse número, quando pensado por milhão de habitantes se torna ainda mais relevante, sendo que a capital paraibana, com menor densidade populacional, concentra o maior número de pesquisadores por milhão de habitantes do Nordeste, 720,9 e a capital de Pernambuco o terceiro, com 473,5. Esses números dão ao Recife o título de centro intelectual do Estado e da Região Metropolitana. Essa característica é importante para a ideia de que tipos de investimentos poderão ser atraídos pelo município. Em primeiro lugar, é possível pensar que ele é o potencial lócus de atração de investimentos na área de serviços diferenciados, esse potencial foi recentemente afirmado com a inauguração do maior empreendimento para prestação de serviços da América Latina, conforme divulgado em discursos e pela mídia local. Um segundo potencial, mais específico, derivado dos dados acima é de serviços educacionais, algo que poderá se tornar cada vez mais relevantes com a necessidade de capacitação de mão de obra para utilizar nas indústrias atraídas para os arredores do Recife. Cabe aqui registrar um fato negativo em relação a esses números. Apesar de a cidade estar bem posicionada relativamente, em comparação com outras cidades do Nordeste e do Brasil, os números e os dados qualitativos deixam claro que a situação educacional do município é precária. É um setor que precisa ser enormemente trabalhado para que a cidade possa realmente atrair a demanda por serviços educacionais de alta qualidade. Em terceiro lugar, surge como alternativa a atração de investimentos na área de turismo. Este, irá se desmembrar em turismo convencional, turismo de negócios e turismo associado à prestação de serviços de saúde. A rede hoteleira do município está entre as maiores do Estado, o que se pode verificar por dados objetivos e através de uma observação empírica da cidade.

3.5. VANTAGENS COMPETITIVAS DO RECIFE

Inicialmente, é necessário explicar a razão para escolha deste termo no subtítulo. Evitando utilizar o termo da teoria econômica “Vantagem Comparativa”, substituindo por Vantagem Competitiva buscou-se ampliar a ótica do conceito presente na teoria econômica de Heckscher-Ohlin, sem abandoná-la. Tendo por base, o conceito de Vantagem Comparativa, aqui serão descritas dados que demonstram vantagens potenciais atribuídas ao Recife, assim, podendo ser transformadas em Vantagens Comparativas reais.

Como principal vantagem competitiva do Recife podemos citar a posição geográfica, entre um polo de investimento consolidado e um polo de investimento potencial, que já começa a tomar forma e receber seus primeiros empreendimentos. O primeiro, o Complexo Industrial de Suape, alcança um patamar surpreendente em nível nacional. Possuindo um dos portos mais modernos do país, dotado de investimentos estruturadores de grande porte, entre eles indústrias petroquímicas (refinarias e outras indústrias que utilizam como matéria prima petróleo e derivados), estaleiros⁸, usina de energia termoelétrica (mais recentemente foi anunciada uma nova usina termoelétrica de maior porte que poderá vir a ser alimentada por gás natural), indústrias de vários setores. O segundo, o complexo que começa a tomar forma é no Litoral Norte do Estado, na região ao redor do município de Goiana. Para lá já foi anunciada um grande investimento do setor automotivo, já existe um complexo fármaco-químico e está em estudo a construção de um porto e um complexo industrial nos moldes do polo de Suape e em adição, um aeroporto. O diferencial desse novo

⁸ Ambos no plural, pois apesar dos investimentos principais, foram anunciados posteriormente novos empreendimentos no mesmo setor com objetivo de atuar de forma complementar.

polo da Mata Norte, se vier a tornar-se realidade, é que os investimentos serão em formato de Parceria Público-Privada (PPP), ainda a definir exatamente as quotas de participação de cada um, respectivamente. Com os atuais investimentos e investimentos em perspectiva, podemos dizer que independente da situação do Recife, o mínimo que seja feito em prol de melhorias de infraestrutura urbana, desenvolvimento de capital humano e de atividades econômicas, irá ter um grande peso (positivo) no desenvolvimento local e do Estado.

Outra Vantagem Competitiva de Recife está nos centros de excelência acadêmica. Apesar de estar em segundo lugar no Nordeste, em números absolutos, e em terceiro em termos relativos, Pernambuco desponta como oitavo lugar em Conhecimento e Inovação, conforme quadro abaixo. Infelizmente a capacidade inovadora dos empreendimentos localizados na cidade não acompanha a capacidade instalada da cidade. O que demonstra ainda uma falta de interação entre o meio acadêmico e empresarial. Então, mesmo Recife oferecendo “vantagens comparativas sistêmicas” tais como infraestrutura, instituições de ensino e pesquisa, nível de escolaridade, sistema jurídico confiável, encontra-se uma barreira pouco citada: O conservadorismo das empresas. Por isso, não há uma interação para possibilitar a elaboração de serviços avançados e das denominadas “atividades criativas”. Dentre as poucas iniciativas que temos de boa interação entre academia e firmas, existe o Porto Digital, que se destaca na área de Tecnologia da Inovação. Essa é uma área, na qual visivelmente o Governo municipal tem de interagir com o Governo Estadual e Federal para promover uma situação mais benéfica ao desenvolvimento econômico.

Quadro 3 – Ranking de Competitividade com ênfase no Nordeste.

| Unidade da Federação | ICE-F | | Qualificação da força de trabalho | | Conhecimento e Inovação | | Infraestrutura | |
|----------------------|--------|------|-----------------------------------|------|-------------------------|------|----------------|------|
| | Índice | Rank | Índice | Rank | Índice | Rank | Índice | Rank |
| São Paulo | 0,849 | 1 | 0,903 | 2 | 0,834 | 1 | 0,809 | 2 |
| Rio de Janeiro | 0,792 | 2 | 0,866 | 3 | 0,698 | 2 | 0,811 | 1 |
| Distrito Federal | 0,744 | 3 | 0,949 | 1 | 0,511 | 7 | 0,772 | 3 |
| Rio Grande do Sul | 0,711 | 4 | 0,720 | 4 | 0,592 | 3 | 0,722 | 5 |
| Paraná | 0,696 | 5 | 0,717 | 5 | 0,647 | 4 | 0,724 | 4 |
| Santa Catarina | 0,648 | 6 | 0,708 | 6 | 0,573 | 6 | 0,662 | 6 |
| Minas Gerais | 0,589 | 7 | 0,567 | 8 | 0,594 | 5 | 0,608 | 8 |
| Mato Grosso do Sul | 0,506 | 8 | 0,619 | 7 | 0,313 | 16 | 0,586 | 9 |
| Espírito Santo | 0,475 | 9 | 0,482 | 11 | 0,333 | 12 | 0,610 | 7 |
| PERNAMBUCO | 0,436 | 10 | 0,529 | 10 | 0,357 | 8 | 0,423 | 13 |
| Paraíba | 0,432 | 11 | 0,540 | 9 | 0,356 | 9 | 0,399 | 14 |
| Sergipe | 0,408 | 12 | 0,459 | 12 | 0,256 | 20 | 0,505 | 10 |
| Rio Grande do Norte | 0,400 | 13 | 0,356 | 19 | 0,344 | 10 | 0,491 | 12 |
| Goiás | 0,401 | 14 | 0,394 | 15 | 0,302 | 17 | 0,506 | 11 |
| Amazônia | 0,385 | 15 | 0,426 | 13 | 0,330 | 13 | 0,400 | 15 |
| Ceará | 0,352 | 16 | 0,367 | 16 | 0,336 | 11 | 0,331 | 22 |

Fonte: CGEE. Inovações tecnológicas em cadeias produtivas selecionadas: Oportunidades de negócios para o município de Recife (PE) – Página 64.

No Quadro 3, no qual podemos ver um Ranking de competitividade nacional entre Unidades da Federação, vemos que Pernambuco ainda está longe de atingir o patamar de São Paulo, que lidera a lista. Porém é interessante observar que Pernambuco se coloca como primeiro do Nordeste e é seguido de perto pela Paraíba em relação à Conhecimento e Inovação. Isso se deve em grande parte das Vantagens Competitivas do Recife, é nesse subindicador que Recife concentra a maior parte da capacidade instalada em Pernambuco (CGEE, 2011).

O Porto Digital é uma iniciativa mista, entre o Governo de Pernambuco, a Prefeitura do Recife, Universidades e a iniciativa privada. Trata-se de um arranjo produtivo organizado em torno de uma associação civil sem fins lucrativos. Criado no ano de 2000, o Porto Digital se ampliou e iniciou recentemente uma ampliação de seu caráter, que era exclusivamente voltado para a Tecnologia da Informação, para outras áreas da inovação, abrindo o leque para a chamada Indústria Criativa. Atualmente, o Porto Digital conta com aproximadamente 170 empresas funcionando sob o seu arranjo produtivo, além de cerca de 14 empresas que prestam serviços associados às empresas concentradas no desenvolvimento de novos produtos. Esse número deve crescer consideravelmente quando o território habilitado para receber os incentivos do Porto Digital for ampliado do Bairro do Recife para o Bairro de Santo Amaro, previsto para o início do ano de 2012. Assim como, com a ampliação do caráter do Porto Digital, para a área de indústria criativa e serviços avançados, crescerá o público alvo do arranjo produtivo.

Outro diferencial do município é a riqueza do patrimônio histórico, artístico, cultural, riqueza imaterial que faz da cidade e da região metropolitana um foco pulsante (RECIFE, 1981) que pode se tornar base de sustentação para a indústria criativa. O diferencial, é importante que seja ressaltado, não é apenas do município do Recife. Embora este tenha papel de destaque, a região metropolitana é uma grande fonte de inspiração de várias maneiras diferentes (PERNAMBUCO, 1998). O próprio Porto Digital, já citado acima, aproveita bastante desse potencial, mas tanto para o turismo, quanto para a construção de uma indústria criativa, essa capacidade instalada ainda é subaproveitada. (CGEE, 2011)

Tendo isto em vista, além dos dados citados acima que serão tratadas com um pouco mais de detalhes, é necessário incluir um dado sobre a competitividade de Pernambuco. Não foi encontrado um dado semelhante específico sobre a cidade do Recife, mas este dado não perde relevância devido ao fato do peso da capital no produto interno do Estado. O dado, é que Pernambuco está posicionado em décimo no ranking do Índice de Competitividade dos Estados – ICE. O primeiro do Nordeste, seguido por Paraíba, Sergipe, Rio Grande do Norte (tanto no ranking nacional como se comparado apenas aos estados nordestinos). À frente de Pernambuco neste ranking estão São Paulo, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Espírito Santo.

Importante, ainda no Quadro 3, observar o posicionamento de Pernambuco em relação aos outros estados do país. Os índices alcançados pelo Estado são interessantes por dois motivos. Comparativamente se vê que a posição de Pernambuco é relevante, também se percebe que o fenômeno recente de desenvolvimento na região metropolitana encontra paralelo com a posição de Pernambuco. Porém fica claro, ao observar os dados absolutos e mesmo ao compará-lo com os estados mais competitivos que ainda estamos longe de atingir

um patamar de competitividade que possibilite um substancial desenvolvimento econômico “sustentável e perene”.⁹

Apesar do destaque no ranking nacional, conclui-se a partir do quadro de número quatro, que Pernambuco alcança apenas o que poderíamos qualificar de “intermediário”, numa escala de muito baixa, baixa, intermediária, alta e muito alta.

Logicamente, vemos que a situação de Pernambuco e do Recife não é a que se espera que cheguem a ter. Porém é interessante perceber que devido aos investimentos atraídos, ao atual cenário que se desenrola, a tendência de desenvolvimento é clara para os próximos anos. O que indica que mesmo com escolhas equivocadas ou subótimas, ainda assim Recife alcançará um patamar melhor do que alcança hoje. Porém, se boas escolhas forem feitas, e as políticas econômicas federais, estaduais e municipais convergirem a escolhas ótimas teremos assim um cenário de desenvolvimento econômico bem melhor do que temos hoje, com possibilidade de mantermos a evolução por um tempo prolongado, diferente das experiências anteriores do país. Para isso, é preciso que sejam adotadas políticas que tornem esse crescimento sustentável.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi dito neste trabalho, municípios tinham uma tradição de realizar apenas políticas de caráter microeconômico, visto que sua abrangência é apenas localizada no território municipal. Porém devido à atual interdependência global, onde um município é diretamente afetado pelos acontecimentos mundiais, diretamente afetado pelas políticas nacionais, regionais e estaduais, o município viu-se compelido no período recente a adotar uma postura proativa em relação às suas necessidades político-econômico-sociais, adotando políticas em sua área de atuação que contribuam ou complementem as políticas macroeconômica aplicadas por atores de esferas superiores.

A partir dessa compreensão foi analisada a atuação da cidade do Recife na política de relações internacionais descentralizadas, observando sua estrutura política, seus níveis de atuação, as relações econômicas internacionais da cidade, comparamos com outras unidades subnacionais do Brasil, com experiências internacionais, com o objetivo de compreender a profundidade e a necessidade de ampliar essa política.

Conclui-se então, que a Cidade do Recife está inserida num ambiente em que a globalização torna toda a política e economia da cidade intimamente ligada com as esferas superiores. Sequer podemos separar claramente a economia municipal, metropolitana e estadual, havendo entre elas, sempre uma área de penumbra tornando-as interdependentes. Um pouco mais clara é a separação entre as esferas estaduais, regionais, federais e globais. Porém sabemos, com muita clareza que não há menos interdependência entre essas esferas, apenas uma divisão mais clara entre “quem é quem”.

Assim, também se conclui que há a necessidade de que a cidade mantenha e aprofunde a política municipal de relações internacionais. Surge aqui, a sugestão de adotar uma política de internacionalização, semelhante à adotada pela Prefeitura de Belo Horizonte, porém contextualizada para a realidade econômica da capital pernambucana. Também se chega à conclusão que devido às características econômicas da cidade do Recife, há uma enorme potencialidade a ser explorada pelo Governo municipal, através das políticas

⁹ Palavras citadas pelo Secretário de Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco, Marcelino Granja em referência ao Governador do Estado de Pernambuco, Eduardo Accioly Campos.

de relações internacionais municipais, contribuindo assim, para que a cidade ocupe o lugar de destaque que lhe é de direito na economia pernambucana, nordestina e brasileira. Entende-se ao fim desse trabalho que uma política de internacionalização, a ser promovida na cidade, tem justificativa baseada nos princípios econômicos vigentes, e também um precedente importante na cidade de Belo Horizonte, que dá à administração pública o subsídio necessário para saber como implementar tais ações.

Também se chega à conclusão que devido a sua história, Recife não poderia ter a mesma autonomia para as relações internacionais que as regiões autônomas europeias ou chinesas. Apesar de termos em nossa história uma lista de revoltas e reviravoltas, hoje nos reconhecemos como parte do Brasil e não há uma necessidade social por um reconhecimento de nação, como nos casos das regiões autônomas espanholas, dos reinos britânicos “devolvidos” ou das Regiões Administrativas Especiais da China. Apesar de semelhanças pontuais, tais como a administração estrangeira por um período, como as regiões da China, especificidades culturais regionais e movimentos de independência ao longo da história. Porém isso não inviabiliza que a cidade, visto a autonomia própria de um município, membro da federação brasileira (não apenas uma divisão administrativa) e reclamada no atual contexto federativo brasileiro, mantenha relações exteriores, com anuência do Governo Federal, para atender suas necessidades locais, através de cooperação, ação em rede e promoção comercial.

É importante ressaltar nessas considerações, que apesar da ausência de marco jurídico para as relações internacionais descentralizadas, essa atuação internacional encontra respaldo na estrutura do Palácio do Planalto, do Itamaraty, através de suas estruturas voltadas às Relações Federativas e através das estruturas municipalistas brasileiras e internacionais, que reconhecem e promovem essas relações.

Por fim, apesar de ser um tema novo, ficou claro ao longo do texto a necessidade de estudar mais o tema, que já recebe várias denominações, apesar da ainda pequena bibliografia sobre o tema. O que não falta, para um estudante interessado em estudar o tema são documentos e informações online sobre as relações internacionais subnacionais, seja com essa denominação, ou com qualquer outra com o mesmo propósito.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA-MEDEIROS, Marcelo de. “O Mercosul e a União Europeia: Uma Abordagem Comparada do Processo de Formação de Instituições”. *Contexto Internacional*, vol. 18, n. 1, 1996.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. *O Mercosul no Contexto Regional e Internacional*. São Paulo: Aduaneiras, 1993.

ALMEIDA, Wilson. *Mercosul: Efeitos da integração assimétrica*. Goiânia: Editora e Espaço de Cultura Brasileira, 2003.

BARRETO, Ângela Maria Maranhão. *O Recife através dos tempos: Formação da sua paisagem*. Recife: Fundarpe, 1994.

BARRETO, Maria Inês. (2001), *Gestão estratégica do poder Executivo do estado de São Paulo frente ao processo de integração regional do Mercosul*. Tese de doutorado, São Paulo, EAESP-FGV (mimeo.).

BRASIL. Constituição Brasileira. Brasília: Imprensa Nacional, 1988.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de Política. 11ª Edição. Brasília: Editora UNB, 1998.

BOGÉA FILHO, Antenor Américo Mourão. (2002), "A diplomacia federativa". Brasília, Ministério das Relações Exteriores (mimeo.).

BOWIE, Robert & FRIEDRICH, Carl. *Études sur le fédéralisme*. V.1. Paris: Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence, 1960.

BURGESS, M. & GAGNON, A. (ed). *Comparative Federalism and Federation* Toronto: University of Toronto Press, 1993.

CALVOCRESSI, Peter. Política Mundial a partir de 1945. 9ª Edição. Porto Alegre: Penso, 2011.

CAMARGO, Aspásia. *A federação acorrentada*. Rio de Janeiro: FGV/Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1993.

CASSIOLATO, J. E & LASTRES, Helena, *Globalização & Inovação localizada: experiência de sistemas locais no Mercosul*. Brasília: MCT-IBICT, 1999, 17p.

CASTELLS, M; BORJA, J. As cidades como atores políticos. In: Novos Estudos CEBRAP – Dossiê Cidades, n. 45, julho, 1996.

CASTELLS, M. A Sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, Josué. Fatores de localização da cidade do Recife: um ensaio de geografia urbana. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional-Brasil, 1948.

CERVO, Amado L. Relações Internacionais do Brasil: um balanço da era Cardoso. *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 45, v.1. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais. 2002, p. 5-35.

CERVO, Amado. Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático. *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 46, v. 2. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais. 2003, p. 22.

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS (CGEE). Inovações tecnológicas e cadeias produtivas selecionadas: Oportunidades de negócios para o município de Recife (PE). Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2011.

CLARK, Ian. *Globalization and Fragmentation. International Relations in the Twentieth Century*. Oxford: Oxford University Press, 1997.

CORNAGO PRIETO, José, "O outro lado do novo regionalismo pós-soviético e da Ásia-Pacífico: a diplomacia federativa além das fronteiras do mundo ocidental", em VIGEVANI, Tullo y otros (Org.), *A dimensão subnacional e as relações internacionais*, São Paulo, EDUC/UNSP/EDUSC/FAPEST, 2004.

DICKENS, Peter. *Mudança Global: Mapeando as novas fronteiras da Economia Global*. 5ª Ed. Bookman, 2010.

DESSOTI, Fabiana Rita. *Cooperação descentralizada: uma inovação nas políticas públicas de desenvolvimento local*. 5ème colloque de l'IFBAE – Grenoble, 18 e 19 maio 2009.

DIAS, Reinaldo. *Relações Internacionais: Introdução ao Estudo da Sociedade Internacional Global*. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

EMPETUR. *Pesquisa do perfil do turismo receptivo do Recife em 2010*. Recife: 2011

FARIAS, Déborah Barros Leal. *Federalismo e Relações Internacionais*, 2000. Dissertação de mestrado – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília.

FELDMAN, Elliot J; FELDMAN, Lily Gardner. (1990), "Canada", in H. J. Michelmann e P. Soldatos, *Federalism and international relations: the role of subnational units*, Nova York, Oxford University Press.

FIORI, José Luiz. *O Federalismo diante do Desafio da Globalização*. In: *A Federação em Perspectiva: Ensaios selecionados*. São Paulo: Fundap/Unesp (Série Federalismo no Brasil), 1995.

FOSSAS, E.; REQUEJO, F. (ed.). *Asimetría Federal Y Estado PLURINACIONAL. El debate sobre la acomodación de la diversidad en Canadá, Bélgica y España*. Madrid: Trotta, 1999.

FREIRE, Ana Maria Araujo. *Paulo Freire: uma história de vida*. Indaiatuba: Villa das Letras, 2006.

GONÇALVES, Reinaldo. *Economia Política das Relações Internacionais: Fundamentos teóricos e as Relações Internacionais do Brasil*. São Paulo: Editora Campus, 2005.

GLOSSOP, Ronald J. *World Federation? A Critical Analysis of Federal World Government*. Jefferson (NC): McFarland & Company, Inc. 1993.

GOROSITO, Mayki y TEDESCHI CANO, Gabriela, "Mercociudades: doce años de militancia", *Diálogo*. Revista de la Secretaría Ejecutiva de Mercociudades, nº 24, 2007.

GRANATO, Leonardo; ODDONE, Nahuel. La cooperación internacional de las ciudades en un contexto de integración regional. Herramientas para el desarrollo. Revista Versus Acadêmica. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

HIRAKUTA, Célio; SARTI, Fernando. Investimento externo direto e internacionalização de empresas brasileiras no período recente.

HOCKING, Brian. *Localizing Foreign Policy: Non-central Governments and Multilayered Diplomacy*. NY: Saint Martin's Press, 1993.

KINCAID, John. (1990), "Constituent diplomacy in federal politics and the Nation-state: conflict and cooperation", in H. J. Michelmann e P. Soldatos, *Federalism and international relations: the role of subnational units*, Nova York, Oxford University Press.

KRUGMAN, Paul; OBSTFELD, Maurice. *Economia Interacional*. 8ª Edição. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

KUGELMAS, Eduardo; BRANCO, Marcello Simão. (2004), "Os governos subnacionais e a nova realidade do federalismo", in L. E. W. Wanderley e T. Vigevani (orgs.), *Governos subnacionais e sociedade civil: integração regional e Mercosul*, São Paulo, Educ/Editora da Uunesp/Fapesp, pp. 161-188.

LIMA JR, Antonio José Medina. Determinantes do Investimento Direto Estrangeiro no Brasil. Dissertação. Belo Horizonte: UFMG, 2005. Disponível em: <http://www.cedeplar.ufmg.br/economia/dissertacoes/2005/Antonio_Jose_Medina_Lima_Junior.pdf>

LIMA, Manuel de Oliveira. Pernambuco : seu desenvolvimento histórico. Recife: Editora Massangana, 1997.

LIMA, Rosa Maria Cortês de. A cidade autoconstruída. Tese de doutorado. Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, UFRJ. Rio de Janeiro, 2005.

MAGNOLI, Demétrio. *Relações Internacionais: Teoria e História*. São Paulo: Editora Saraiva, 2004.

MAGNOLI, Demétrio; SERAPIÃO JR, Carlos. *Comércio Exterior e Negociações Internacionais*. São Paulo: Editora Saraiva, 2006.

MANKIW, N. Gregory. *Introdução à Economia – Tradução da 5ª Edição Norte-americana*. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

MARIANO, Karina; MARIANO, Marcelo. Uma interpretação do conceito de estado subnacional à luz das teorias de relações internacionais, Segundo Relatório Parcial para a FAPESP, São Paulo, FUNDAP-PUC-SP/CEDEC, 2001.

MARIANO, Marcelo Passini & BARRETO, Maria Inês. (2004), "Questão subnacional e integração regional: o caso do Mercosul", in T. Vigevani, L. E. Wanderley, M. I. Barreto e M. P. Mariano (orgs.), *A dimensão subnacional e as relações internacionais*, São Paulo, Editora da PUC/Editora da Unesp/ Cedec/Fapesp, pp. 21-48.

MELLO, Valerie de Campos. Globalização, regionalismo e ordem internacional. Maio de 1999.

MEDEIROS, Roberto Carvalho de. África e Oriente Médio, da primavera direto para o outono político. In: Revista do Clube Naval nº 358, Ano 119. Pág. 22 à 25.

MICHELMANN, Hans J; SOLDATOS, Panayotis (org.). *Federalism and International Relations – the Role of the Subnational Units*. Oxford: Claendon Press, 1990.

MINERVINI, Nicola. O Exportador: Ferramentas para o atuar com sucesso no mercado internacional. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2008.

MITRA, S. K. (org.) *Subnational Movements in South Asia*. Boulder (Colorado): Westview Press, 1966.

MOURA DANIEL, Marco César (conselheiro). (2002), "O Itamaraty e os governos subnacionais", in T. Vigevani e L. E. Wanderley, *Entre o local e o global: governos subnacionais e sociedade civil na integração regional*, São Paulo, Cedec/PUC-SP, Cadernos Cedec, 71 (edição especial).

PARAÍSO, Rostand. Academia Pernambucana de Letras. Sua história. Recife: APL, 2006.

PERREN, Joaquín; CANO, Gabriela Tedeschi. El Mercosur desde los gobiernos locales. Una aproximación a la historia de la Red de Mercociudades. Buenos Aires: 2009.

PRAZERES, Tatiana. *Federalismo e Relações Internacionais – a atuação dos Estados brasileiros no âmbito externo*, 2000. Dissertação – Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí.

PERNAMBUCO. Plano de Preservação dos Sítios Históricos. Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife, 1978. Recife em Números. PCR, 1998.

RECIFE. Relatório das atividades da Coordenadoria de Relações Internacionais. Coordenadoria de Relações Internacionais, Secretaria Especial de Gestão e Planejamento, Prefeitura da Cidade do Recife, 2011.

REQUEJO, Ferrán. Cultural Pluralism, Nationalism and Federalism. A Revision of Democratic Citizenship. in: Plurinational States. *European Journal of Political Research*, 35,2, 1999, p. 255-286.

ROCHA, Gustavo de Andrade. Unidades Subnacionais e Cooperação Internacional: O caso do Recife. Dissertação – Universidade Federal de Pernambuco: Recife, 2012

RODRIGUES, Gilberto Marcos Antonio. *Política externa federativa: análise de ações internacionais de Estados e Municípios brasileiros*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2004.

RODRIGUES, Gilberto Marcos Antonio. *Relações Internacionais Federativas no Brasil*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008.

SARAIVA, José Flávio Sombra. *A busca de um novo paradigma: política exterior, comércio externo e federalismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revista Brasileira de Política Internacional; 2004.

SARAIVA, José Flávio Sombra. (Ed.). *Foreign Policy and Political Regime*. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI); 2003.

SARFATI, Gilberto. *Teoria das Relações Internacionais*. São Paulo: Saraiva, 2005.

SEITENFUS, Ricardo. *Manual das Organizações Internacionais*. 5ª edição, Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

SETTE, Mário. *Terra Pernambucana*. 10ª Edição. Coleção Recife. Vol.XV. Recife: Companhia Editora de Pernambuco CEPE, 1981.

SOLDATOS, Panayotis. *Na Explanatory Framework for the L Study of Federated States as Foreign-policy Actors*. In: *Federalism and International Relations: the role of subnational units*. Ed: Hans MICHELMANN e Panayotis SOLDATOS. Oxford: Claredon Press, 1990, p. 34-53.

TORRES, João Camilo de Oliveira. *A Formação do Federalismo no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961.

TUSSIE, Diana & PAGLIERI, Beatriz. (2004), "La política comercial en un contexto de federalismo: el caso de Argentina". Buenos Aires, Cari/BID/Intal.

UNCTAD. *Transnational Corporations and World Development*. London: International Thomson Business Press, 1996.

VAZQUEZ, José Lopes. *Comércio Exterior Brasileiro*. 9ª Edição. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

VIGEVANI, Tullo. *Problemas para a atividade internacional das unidades subnacionais: Estados e municípios brasileiros*. REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS - VOL. 21 Nº. 62. Rio de Janeiro, 2006.

VIGEVANI, Tullo; WANDERLEY, Luiz Eduardo; BARRETO, Maria Inês & MARIANO, Marcelo Passini (orgs.). *A dimensão subnacional e as relações internacionais*. São Paulo, Editora da PUC/Editora da Unesp/Cedec/Fapesp, 2004.